



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

**PROJETO DE LEI Nº 651, de 2011**

*Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o prêmio “Trânsito Melhor e Mais Seguro”.*

**Autor:** Deputado Hugo Leal

**Relator:** Deputado Manoel Junior

**I - RELATÓRIO**

O projeto de autoria do nobre Deputado Hugo Leal objetiva instituir o prêmio “Trânsito Melhor e Mais Seguro”.

De acordo com o Autor, o Projeto de Lei em exame representa “*um incentivo à participação da sociedade, ensejando a discussão da melhoria e segurança no trânsito, com vistas à elevação da qualidade de vida do conjunto de seus usuários*”.

Para o Autor, o “*comportamento adequado do condutor de veículo automotor na via pública depende, em grande parte, do acesso à educação para o trânsito, seja por meio de cursos específicos, seja pela participação em eventos, campanhas e outras iniciativas relativas ao trânsito, que influenciam a formação de opinião*”.

Quanto ao mérito, o PL foi aprovado com emenda pela Comissão de Viação e Transporte, em reunião de 30/11/2011.

**II - VOTO DO RELATOR**

Por determinação do art. 53, inciso II, conjugado com o art. 32, inciso X, alínea “h”, ambos do Regimento Interno desta Casa, e com fundamento na Norma Interna desta Comissão que “*estabelece procedimentos para o exame de*

\*CD165569974507\*

CD165569974507



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

*compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira*”, cabe a esta Comissão examinar a proposta quanto à sua adequação financeira e orçamentária.

O Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET é destinado à segurança e à educação de trânsito e foi instituído por meio do art. 320 da Lei nº 9.503, de 1997, o Código de Trânsito:

“Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

Parágrafo único. O percentual de cinco por cento do valor das multas de trânsito arrecadadas será depositado, mensalmente, na conta de fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito.”

O Decreto nº 2.613, de 1998, que regulamenta esse artigo, estabelece em que tipo de ações os recursos do FUNSET devem ser utilizados:

“Art 4º Os recursos do FUNSET serão aplicados:

I - no planejamento e na execução de programas, projetos e ações de modernização, aparelhamento e aperfeiçoamento das atividades do DENATRAN relativas à educação e segurança de trânsito;

II - para cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito no âmbito de suas atribuições;

III - na supervisão, coordenação, correição, controle e fiscalização da execução da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

IV - na articulação entre os órgãos dos Sistemas Nacional de Trânsito de Transporte e de Segurança Pública, por intermédio do DENATRAN, objetivando o combate à violência no trânsito e mediante a promoção, coordenação e execução do controle de ações para a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito;

V - na supervisão da implantação de projetos e programas relacionados com a engenharia, educação, administração, policiamento e fiscalização

\*CD165569974507\*

CD165569974507



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

do trânsito, visando à uniformidade de procedimentos para segurança e educação de trânsito;

VI - na implementação, informatização e manutenção do fluxo permanente de informações com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito e no controle dos componentes do trânsito;

VII - na elaboração e implementação de programas de educação de trânsito, distribuição de conteúdos programáticos para a educação de trânsito e promoção e divulgação de trabalhos técnicos sobre trânsito;

VIII - na promoção da realização de reuniões regionais e congressos nacionais de trânsito, bem como na representação do Brasil em congressos ou reuniões internacionais relacionados com a segurança e educação de trânsito;

IX - na elaboração e promoção de projetos e programas de formação, treinamento e especialização do pessoal encarregado da execução das atividades de engenharia, educação, informatização, policiamento ostensivo, fiscalização, operação e administração de trânsito;

X - na organização e manutenção de modelo padrão de coleta de informações sobre as ocorrências e os acidentes de trânsito;

XI - na implementação de acordos de cooperação com organismos internacionais com vista ao aperfeiçoamento das ações inerentes à segurança e educação de trânsito.

§ 1º Para os efeitos da aplicação dos recursos do FUNSET consideram-se operacionalização da segurança e educação de trânsito as atividades necessárias ao planejamento, manutenção, execução, organização, aperfeiçoamento e avaliação do Sistema Nacional de Trânsito.

§ 2º As despesas a que se refere o inciso VIII deste artigo não poderão ser superiores a dois por cento da receita total do FUNSET.” (g.n.)

Observa-se que o uso desses recursos para o concurso proposto pelo Autor encontra fundamento no inciso VII do Decreto nº 2.613/98, que prevê a

\*CD165569974507\*

CD165569974507



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

destinação do fundo para “a elaboração e implementação de programas de educação de trânsito, distribuição de conteúdos programáticos para a educação de trânsito e promoção e divulgação de trabalhos técnicos sobre trânsito”.

Verifica-se, também, que o fundo além de arrecadar valores elevados anualmente têm sido objeto sistemático de contingenciamento, o que denota certo descompasso entre esse crescimento da receita e a necessidade da aplicação das despesas a que estão vinculadas. Ademais, subsiste informar, que o propósito do projeto de lei busca promover estudos relacionados à educação do trânsito ou apontar saídas consubstanciadas em minorar os problemas afetos à mobilidade nas vias, o que pode culminar com a redução de despesas inerentes aos problemas citados.

Pelos motivos indicados, **o voto deste Relator é pela adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária para o exercício de 2016 e compatibilidade com o Plano Plurianual em vigor e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor do Projeto de Lei nº 651, de 2011, bem como da Emenda nº 01 aprovada pela Comissão de Viação e Transporte.**

Sala da Comissão, em        de        de 2016.

**Deputado Manoel Junior**  
**Relator**

**\*CD165569974507\***  
**CD165569974507**